



VIOLÊNCIAS EM MULHERES LÉSBICAS UNIVERSITÁRIAS

Autor/a¹
Autor/a²

Resumo

A lesbofobia é uma violência direcionada a mulheres lésbicas devido a sua orientação sexual que ocorre também no âmbito acadêmico, uma vez que a universidade é parte da sociedade e reproduz violências. A presente pesquisa, de caráter qualitativo, objetivou investigar as violências sofridas por mulheres lésbicas universitárias. A amostra foi composta por 10 estudantes lésbicas de uma universidade pública. Os resultados indicaram que enquanto no espaço acadêmico a violência é simbólica, através de comentários e olhares, em festas universitárias a violência é explícita. Ressalta-se que a lesbofobia, bem como outras violências de gênero, estão em dissonância com o compromisso ético da universidade e devem ser combatidas.

Palavras-chave: Lesbofobia. Violência de gênero. Universidade.

Introdução

A violência contra mulheres trata-se de fenômeno complexo e determinado por inúmeros fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e religiosos. As violências podem se caracterizar em física, psicológica, moral, simbólica e sexual (SAFFIOTI, 2015; CORTES, 2014) e se configuram em agressões, estupros, feminicídios e qualquer outra forma de violação dos direitos inerentes às mulheres (CORTES, 2014). Dentre as formas de violação de direitos está a lesbofobia, nomenclatura utilizada para se referir exclusivamente às violências que mulheres lésbicas sofrem.

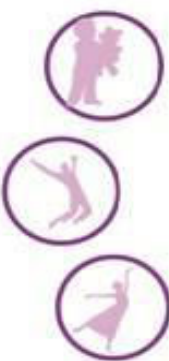
Pode-se pensar a lesbofobia como a junção de misoginia, sexismo e homofobia (GOMES; FEHLBERG, 2014; RICH, 2010; SANTOS, 2013). O termo se configura como tentativa de visibilizar questões específicas das mulheres homossexuais, garantindo que possuam voz e proporcionando equidade de direitos em relação a pessoas heterossexuais. A lesbofobia é resultante da sociedade patriarcal e da ideia de que somente deve existir a heterossexualidade como orientação sexual, aprisionando assim a subjetividade da mulher lésbica (GOMES; FEHLBERG, 2014; SANTOS, 2013).

A cultura da heterossexualidade compulsória percebe a experiência lésbica como algo desviante, não natural, objeto de ódio e que deve ser invisível ou disfarçado. Na sociedade

¹ Titulação, Instituição de origem, e-mail.

² Titulação, Instituição de origem, e-mail.






heterossexista, a cultura heteronormativa reduz todas as possibilidades de “orientação sexual” para a heterossexualidade, provocando sofrimento para pessoas que seguem a norma heterossexista, na tentativa de autoafirmação, e para pessoas que desviam da norma, mediante o preconceito. Nega-se a existência da homossexualidade, da bissexualidade e da assexualidade, termos que surgiram no final do século XIX. Embora haja avanço na percepção sobre as mulheres lésbicas, ocorre ainda a visão do relacionamento lésbico como uma espécie de cópia malfeita do relacionamento heterossexual ou da relação homossexual de homens (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; ANDREO, 2016; DINIS, 2013; GOMES; FEHLBERG, 2014; RICH, 2010; SANTOS, 2013; SOARES, 2017).

Mulheres lésbicas sofrem várias violências que podem ser direcionadas à orientação sexual e/ou ao gênero. O mecanismo sexo/gênero na sociedade machista e heteronormativa sustentada pelo patriarcado atua no controle social, reforçando a subordinação feminina e de homossexuais, potencializando a homofobia. O conceito de gênero é uma construção social que se refere às características consideradas essenciais ao feminino e masculino que pautam os papéis sociais de mulheres e homens (SCOTT, 1989). São esses papéis que sustentam a dominação-exploração feminina, ao atribuir a docilidade, passividade e obrigação da maternidade e de cuidados domésticos às mulheres. Em contrapartida, ao homem é relegado o espaço público, o caráter provedor do lar, a independência e a agressividade combinada com a racionalidade (SAFFIOTI, 2001). Ser mulher, então, passa a ser sinônimo de fraqueza e subordinação, fator que reforça a desigualdade de gênero e a subjugação das mulheres (ANDREO, 2016; NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004; SAFFIOTI, 2001, 2015)

Segundo Rich (2010), mulheres lésbicas, ao desviarem da heterossexualidade compulsória, se tornam alvo de diversas violências – lesbofobia, preconceito, assédio, entre outras. As violências configuram-se de diversas formas, caracterizando-se em estupro corretivos até a negação e/ou omissão de informações relacionadas a saúde da mulher lésbica. Historicamente, ocupar lugares de visibilidade tem motivado atitudes violentas contra mulheres lésbicas (ANDREO, 2016; GATO *et al.*, 2015).

A homofobia e a heterossexualidade compulsória são frutos da sociedade machista, misógina e sexista. O uso da violência está relacionado à garantia de soberania da heterossexualidade sobre a homossexualidade. A homossexualidade tem se constituído como ameaça às relações heteronormativas; quem não se enquadra nos padrões masculinos e normativos passa a ser associado à subordinação, à figura feminina e à passividade (ANDREO 2016; COSTA; NARDI, 2015).





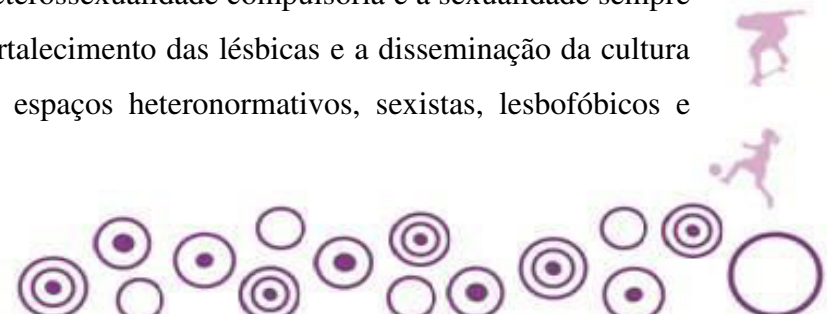
O feminismo se constitui em um movimento de questionamento sobre a heteronormatividade, especialmente a partir da década de 1970, auxiliando na modificação e na discussão do significado de “ser mulher”. A partir da luta feminista a mulher passou a ser percebida como sujeito histórico e sexual. Apesar do contexto político da Ditadura Militar, ocorreram novas oportunidades de discussões sobre assuntos considerados tabus, como por exemplo a revisão do significado de “ser lésbica”, possibilidade que foi reforçada a partir do aumento de pessoas que afirmaram ter práticas sexuais não heteronormativas, fator que reforçou as violências contra homossexuais. O movimento homossexual surgiu como forma de luta, agindo contra a repressão e contra a censura (BORGES, 2008; OLIVEIRA, 2017)


Dentre as contribuições do feminismo da década de 1980 pode-se perceber a quebra de paradigmas promovendo diversas discussões, dentre elas: interesse pelo corpo, autoconsciência, processos subjetivos, o questionamento de que o pessoal é político. A partir do movimento das mulheres, foi possível o apoio grupal e também a criação de redes entre mulheres lésbicas (BORGES, 2008). Foram constituídos diversos movimentos, dentre eles, o movimento homossexual.

O movimento homossexual, como forma de luta, objetivou contribuir para a mudança de pensamentos e conceitos, questionando visões estereotipadas sobre a homossexualidade e, também, as teorias que buscavam explicar a origem da homossexualidade por meio de argumentos naturalistas e universais (BORGES, 2008). Apesar do movimento homossexual ser destinado a todas as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero (LGBT), havia certa resistência em aceitar pautas lésbicas.

Os movimentos feminista e homossexual, em um primeiro momento, não aceitavam as questões sobre lesbianidade, as possibilidades de luta dessas mulheres eram rechaçadas, atitude que foi marco para a criação de um grupo Lésbico-Feminista (LF) e motivadora de diversas críticas. O movimento feminista se tornou alvo de críticas pelas lésbicas por possuir características centradas na heterossexualidade. Pouco se podia discutir a respeito das homossexualidades. Entretanto, ocorreu aumento na quantidade de mulheres que se autodeclararam lésbicas e feministas, com isso surgiu a emergência de discutir lesbianidade como parte dos direitos sexuais (OLIVEIRA, 2017).

As lésbicas feministas, criticavam o caráter heterossexual do feminismo e, também, a falta de problematização a respeito da heterossexualidade compulsória e a sexualidade sempre voltada aos homens. Lutavam para o fortalecimento das lésbicas e a disseminação da cultura lésbica para provocarem mudança nos espaços heteronormativos, sexistas, lesbofóbicos e racistas (CAMPOS, 2014).





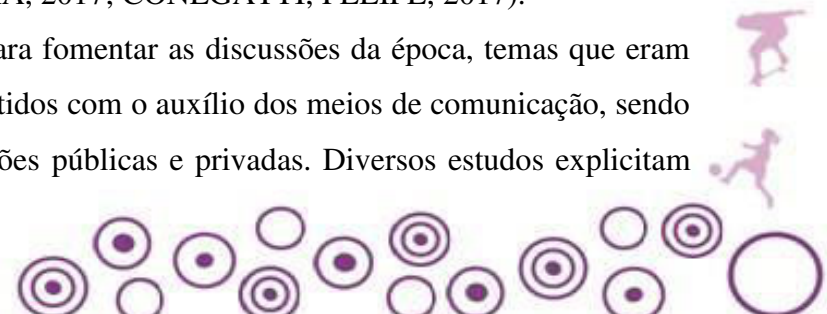
Em 1979, mulheres lésbicas foram convidadas a escreverem para o jornal “Lampião da Esquina” criado em 1978. O jornal continha publicações que eram realizadas pelo movimento homossexual de São Paulo. A primeira publicação lésbica foi destinada a discussões de pautas lésbicas, repressão ditatorial e lesbofobia. Alguns ganhos perceptíveis a partir das publicações foram conquistados, dentre eles: mudança de vida das mulheres lésbicas, oportunidade de discussão dentro movimento feminista, possibilidade de relatar a marginalização que eram submetidas e permitir a visibilidade em relação a sexualidade das mulheres lésbicas. Outro ganho significativo foi a possibilidade de discutir, no movimento homossexual, questões relacionadas ao feminismo e à opressão dos homens em detrimento das mulheres no interior do movimento homossexual (OLIVEIRA, 2017). Apesar dos ganhos a partir da publicação, ocorreu forte repressão contra essas mulheres.


A perseguição contra as lésbicas era bastante acentuada, em 1980 uma operação chamada “Operação sapatão” foi criada com o intuito de atacar bares frequentados por lésbicas na tentativa de censurá-las, únicos lugares de socialização delas. Nessa operação, eram presas, tinham suas informações arquivadas e saíam somente ao pagar fiança (OLIVEIRA, 2017).

Foi criado então pelas integrantes do grupo Lésbico –Feminista (LF), em São Paulo no ano de 1981, o jornal exclusivamente lésbico “ChanacomChana”. O grupo foi extinto dando início ao Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), primeiro grupo independente para mulheres lésbicas, onde questões relacionadas a lesbianidade eram discutidas e que converteu o jornal em boletim. O boletim passou a ser comercializado no “Ferro’s bar” em São Paulo, entretanto, o GALF se tornou alvo de agressões semanais, culminando na tentativa de expulsão do grupo lésbico (BORGES, 2008; OLIVEIRA, 2017).

Esse episódio resultou na primeira manifestação lésbica, ocorrida em 19 de agosto de 1983, data que foi definida como dia da visibilidade lésbica. A luta consistia na oposição à lesbofobia e na tentativa de garantia de que a única forma de expressão lésbica existente permanecesse. Os boletins “ChanacomChana” eram forma de expressão legítimas e discutiam sobre o lugar que as mulheres lésbicas ocupavam. Porém, ultrapassava o limite aceitável para a sociedade de expressão e visibilidade lésbica, não somente no bar, mas também nas ruas, na família e no trabalho, fatores que motivaram a tentativa de censura e auxiliava na manutenção da lesbianidade no “armário” (OLIVEIRA, 2017; CONEGATTI; FELIPE, 2017).

A mídia foi peça fundamental para fomentar as discussões da época, temas que eram considerados tabus passaram a ser discutidos com o auxílio dos meios de comunicação, sendo estes responsáveis por estreitar as relações públicas e privadas. Diversos estudos explicitam





questões negativas sobre a invisibilidade e clandestinidade para as práticas afetivo-sexuais. Tinha-se a ideia de que a partir da invisibilização de questões relacionadas a homossexualidade, o movimento não conseguiria se afirmar (BORGES, 2008).

Apenas em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OSM) retirou a homossexualidade do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM). No ano de 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posicionou contra práticas de “conversão da sexualidade”, reconhecendo que homossexualidade não é doença, distúrbio ou perversão. A Psicologia surgiu como fator primordial para a desconstrução da homofobia e para a mudança de atitudes em relação às pessoas LGBT (SANTOS, 2013).


O estado passou a atuar ativamente na formulação de políticas que assegurassem e garantissem os direitos às pessoas LGBT. Foi criado então o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Em 2009, foi formulada uma Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de pessoas LGBT, que funcionava na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Contudo, a invisibilidade e apagamento da mulher lésbica na história favorece a inexistência de políticas destinadas exclusivamente às suas demandas. Apesar da criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, a homofobia não se caracteriza como crime (CAMPOS, 2014; CARVALHO; CALDERARO; SOUZA, 2013), fator que permite o crescente número de casos de LGBTfobia. A não criminalização da homofobia se deve ao suporte e influência da religião e da heteronormatividade para as relações sociais. A homofobia dissemina ódio e nega às pessoas LGBT o direito de vivenciar a afetividade (GOMES; FEHLBERG, 2014).

O relatório sobre violência homofóbica no Brasil (2013), apresenta as principais violências contra pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis (LGBT) com maior incidência de denúncia. A violência psicológica aparece em primeiro lugar (40,1%), seguida por discriminação (36,4%), violência física (14,4%), negligência (3,6%) e outras violências (5,5%).

A lesbofobia e outras discriminações de gênero e/ou orientação sexual reverberam dentro do contexto acadêmico. As universidades foram criadas para serem o lugar de excelência da produção científica, mas também, para a manutenção da hierarquia social heteronormativa, branca e classista. Ao longo dos séculos ela se apropriou da capacidade de, por meio de seu discurso, (des)legitimar inúmeras práticas e vivências sociais (SOUZA, 2015).

Estudos sobre homofobia no ensino superior mexicano sugerem que essa forma de violência permanece ocorrendo de forma explícita e, também, implícita através de uma





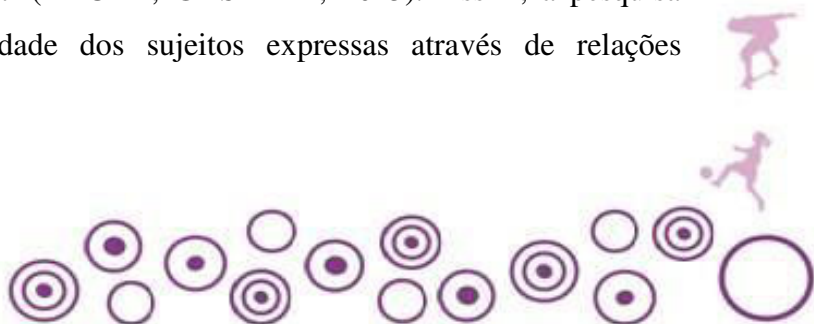
suposta neutralidade ou piedade em relação a pessoas não heterossexuais (OSORIO; ROUSELL 2015). Ainda segundo os autores, o ensino superior enquanto instituição estruturante da sociedade perpetra violência institucional ao reproduzir as construções de gênero designadas a homens e mulheres e não criticar tais construções. Além disso, de acordo com Rull et al. (2013), em universitários, a homofobia é perpetrada, principalmente, por homens solteiros, heterossexuais, de religião cristã e que não possuem amigos homossexuais. Embora essas pesquisas sejam importantes para a discussão e aprofundamento acerca da temática, elas não contemplam especificamente as violências sofridas por mulheres lésbicas, homogeneizando as vivências de sujeitos não heterossexuais.


Em relação a lesbofobia e bifobia contra mulheres no ensino superior dos Estados Unidos, o estudo de Evans e Broido (2002) desenvolvido na Inglaterra indicou que lésbicas e bissexuais se sentiam desconfortáveis e ameaçadas nos dormitórios da universidade em que viviam. A pesquisa também revela que a percepção de um ambiente que aceita as diferenças de orientação sexual está ligado a ausência de práticas violentas e não ao enfrentamento contra a violência, uma vez que ele era escasso.

Partindo da literatura e da escassez de pesquisas e políticas públicas referentes a lesbofobia temática, este estudo tem por objetivo investigar as violências que mulheres lésbicas universitárias vivenciam no sudoeste goiano. De modo secundário, busca-se conhecer o fenômeno da violência contra mulheres lésbicas a partir dos conceitos de gênero e heteronormatividade compulsória, compreender fatores culturais, políticos e sociais que incidem sobre as violências contra mulheres lésbicas no contexto universitário e identifica possíveis políticas para a erradicação das violências contra elas.

Metodologia

Este estudo é um recorte da pesquisa “Violência, gênero e família: implicações na psicologia e sociedade” aprovado do Comitê de Ética em Pesquisa/CEP da Universidade Federal de Goiás, respeitando aspectos éticos de pesquisa com seres humanos, sob o número 1.919.180. O estudo consiste em uma pesquisa de campo com enfoque qualitativo. A pesquisa qualitativa apoia-se em dados sociais que são resultados e resultantes de processos de comunicação e busca compreender as interpretações dadas pelos atores sociais no mundo, pois são eles os criadores da realidade social (BAUER; GASKELL, 2015). Assim, a pesquisa qualitativa se interessa pela subjetividade dos sujeitos expressas através de relações comunicativas.





Foi constituída amostra significativa composta por 10 mulheres estudantes de uma universidade pública na cidade de Jataí/Goias. As participantes foram localizadas por terceiros. Os critérios de inclusão foram: identificar-se como lésbica, ter maioria penal e ser estudante universitária. Como critério de exclusão: ser menor de 18 anos, bissexual, transexual, transgênero e/ou heterossexual, não estar matriculada em curso universitário.

As participantes tinham idade entre 21 e 27 anos, com média aritmética de 23 anos. A maioria era natural de Jataí/GO, residia com a família e possuía renda entre 1 e 2 salários mínimos. Nenhuma das participantes era casada ou tinha filhos e apenas duas possuíam trabalho remunerado, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Dados sociodemográficos das participantes:


Participante	Idade	Etnia	Naturalidade	Renda	Curso	Residência
C.A.M	21	Amarela	Jataí	1 salário mínimo	Ed. Física	Família
I.O.M	26	Branca	Jataí	2 a 3 salários	Psicologia	Família
L.A.F.P	23	Amarela	Jataí	>salário mínimo	Psicologia	Família
P.A.M	23	Branca	Ribeirão Preto/SP	1 a 2 salários mínimos	Biomedicina	República
T.C.S.H	23	Preta	Ijací/MG	2 salários mínimos	Fisioterapia	República
S.P.S	27	Parda	Jataí	2 salários	Zootecnia	Família
N.R.S	24	Parda	Jataí	1 salário	Fisioterapia	Família
F.E.L	21	Branca	Jataí	4 a 5 salários	Direito	Família
T. L	24	Preta	Jataí	>1 salário	Fisioterapia	Família
F. L. B	22	Parda	São Paulo/SP	> 1 salário	Letras	Companheira

Fonte: dados da pesquisa

Enquanto instrumento para obtenção dos dados foi realizada entrevista semidirigida e individual, que permite acessar dados básicos para a compreensão das relações entre os atores sociais e a situação que vivenciam (BAUER; GASKELL, 2015). As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra. A entrevista abordou os significados que cada participante atribui às violências sofridas. Foi investigada as violências sofridas pelas lésbicas e explorado como vivenciam os espaços comuns do contexto universitário e se relacionam com os demais sujeitos. As entrevistas foram realizadas nas dependências da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí mediante disponibilidade, resguardando os aspectos éticos e garantindo a segurança e o sigilo das participantes.

A análise de dados foi realizada a partir dos pressupostos da Psicologia SócioHistórica e das Teorias Feministas. A Psicologia Sócio-histórica permite a compreensão da totalidade social a partir do singular, pois, pressupõe que a relação singular e total é dialética e, portanto, uma é constituinte da outra. Isso significa que o singular expressa dimensões do plural ou do





todo que o forma, assim como o todo articula dialeticamente as possibilidades das singularidades a partir das quais se produz (AGUIAR; OZELLA, 2013).

Para a interpretação dos dados foi utilizado o núcleo de significação, que visa apreender os sentidos construídos pelo sujeito diante de sua realidade social (AGUIAR; OZELLA, 2013). Foi possível construir três núcleos de significação: a fetichização e invisibilização da vivência lésbica como forma de violência; as diversas faces da lesbofobia no contexto acadêmico e o preconceito sofrido por mulheres lésbicas. Tais núcleos expressam as vivências das mulheres lésbicas no contexto acadêmico, seja ele dentro ou fora da universidade, e/ou em outros espaços públicos.

Resultados e discussão

A invisibilização e fetichização da vivência lésbica como formas de violência

Verificou-se que os corpos das mulheres lésbicas são fetichizados quando elas são percebidas como um casal em uma sociedade machista e constituída a partir da heterossexualidade compulsória. Nesse sistema, os corpos femininos são identificados como fonte de prazer para os homens e o relacionamento lésbico categorizado como incompleto por não incorporar o masculino que é socialmente aceitável apenas na figura do homem heterossexual (RICH, 2010). De acordo com Thompson (2001), a fetichização das partes do corpo feminino que ocorre no patriarcado mulheres em objetos fragmentados. Quando se trata de um casal lésbico, a fetichização está justamente na união de dois corpos e a fragmentação na inexistência de um homem.


Observou-se que a partir dessa perspectiva, homens se sentem frequentemente no direito contestar a posse de tais corpos para si. Observou-se que a maior aceitação do casal lésbico em relação a outros casais não-heterossexuais ocorre pela expectativa masculina conseguir fazer parte desse relacionamento sexualmente. Ressalta-se que, dessa forma, a aparente aceitação não decorre de respeito pelas diferenças sexuais das mulheres lésbicas, mas sim de uma objetificação e fantasia a respeito dessa relação.

“(...) a mulher lésbica ela é muito erotizada, eu vejo isso por exemplo, um homem que vê um casal de lésbicas andando juntas ... eles tipo é o fetiche da vida dele.”
(Andreia)

“(...) esse homem que tentou se aproximar de mim, meio que deu a entender que eu e minha namorada ia ficar com ele, entendeu?” (Isadora)

“(...) inclusive eu acho que esse fato da sexualização do casal lésbico, faz o casal lésbico ser mais aceito socialmente, porque é um desejo sexual masculino ficar com duas mulheres.” (Carolina)





Segundo Rich (2010), partindo da heterossexualidade compulsória, uma das características fundantes da categoria mulher configura-se em sentir atração sexual pelo sexo oposto. As lésbicas, ao desafiarem essa noção, são compreendidas como desviantes da ordem natural. Sua orientação sexual, desse modo, é explicada por uma falta de acontecimentos heterossexuais satisfatórios ao longo de suas vidas. Assim, as participantes apontaram que, socialmente, a lesbianidade ainda é compreendida como uma situação passageira que pode ser modificada com uma experiência heterossexual. Ademais, percebeu-se situações em que homens tentaram iniciar um relacionamento afetivo-sexual com elas a fim de provarem que elas não se encaixavam em um modelo heterossexual por uma falta de experiência prazerosa.

“Igual, muita gente fala “ai só é lésbica porque ainda não conheceu o cara certo” quer justificar uma coisa que não tem justificativa.” (Vanessa).

“(…) principalmente quando você fala “ahh eu sou lésbica” acho que uma das primeiras coisas que as pessoas falam é tipo assim ahh porque você ou você nunca ficou com homem de verdade pra... pra saber se você é lésbica ou não, se você gosta ou não (...)” (Aline)

“(…) eles chegam, você fala que não e aí que eles “quer” mesmo, fica aquele tipo de aí é porque você ainda não pegou um homem que... sabe?” (Letícia)


A lesbianidade assim, por ser percebida como vivência incompleta, é descreditada pela heterossexualidade compulsória e reduzida a um conjunto de experiências sexuais insatisfatórias (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; ANDREO, 2016; DINIS, 2013; GOMES; FEHLBERG, 2014; RICH, 2010; SANTOS, 2013; SOARES, 2017). Esse movimento inviabiliza a vivência lésbica contribuindo para a manutenção da heterossexualidade e, conseqüentemente, da lesbofobia.

As diversas faces da lesbofobia no contexto acadêmico

Observou-se que a forma de violência que prevalece no âmbito do câmpus universitário é sutil e simbólica perpetrado principalmente através de comentários, olhares e piadas. Ademais, verificou-se que os principais autores da lesbofobia nesse contexto foram outros estudantes e colegas. Ressalta-se que a repetição dessas atitudes preconceituosas pode-se traduzir em um bullying homofóbico no âmbito educacional (BEKEART, 2010). Observou-se também que a lesbofobia sutil pode causar às mulheres desconforto e receio de serem consideradas socialmente inadequadas devido a sua orientação sexual. Infere-se que para além dos impactos relacionais, o desconforto e o receio de inadequação sociais nessas situações pode gerar sofrimento emocional.

Evidencia-se que a violência simbólica, embora não seja física e diretamente realizada, causa prejuízos uma vez que é estrutura da naturalização de um padrão heteronormativo e





estruturante do preconceito e da invisibilidade da lesbianidade, bem como de outras vivências não heterossexuais. É interessante ressaltar que a omissão da universidade em relação a tais atitudes pode ser compreendida como violência institucional visto que contribui para a manutenção da lesbofobia ao não coibir sua incidência (OSORIO; ROUSELL, 2015).

“Só que no ambiente da faculdade, eu nunca sofri, assim, não diretamente, mas eu tenho certeza que as pessoas comentam, porque a gente sabe, né?” (Carolina)

“(…) eu conheci algumas colegas e antes de eu falar alguma coisa elas já vinham com piadinha ou alguma coisa meio sem graça e eu ficava muito, sei lá eu ficava com receio de falar alguma coisa e não ser aceita, sabe?” (Letícia)

“(…) assim na faculdade “pra” mim eu acho que sempre foi, tirando as olhadas, né? E as brincadeiras assim, de companheiros de sala, acho que festa sempre é mais pesado” (Aline)

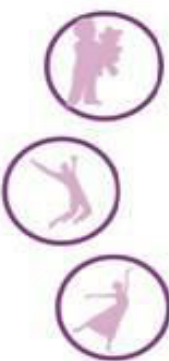
Verificou-se que enquanto no campus acadêmico a lesbofobia ocorre de maneira sutil e simbólica, no contexto de festas universitárias ela é perpetrada de maneira mais direta e agressiva. É interessante notar a mudança de atitudes em decorrência das situações nas quais os estudantes estão. Se na universidade os eles não perpetram violência explícitas contra lésbicas, em festas, esse comportamento é o comum. Pode-se inferir que em um ambiente descontraído, cuja finalidade é a diversão, os estudantes se sentem na liberdade de praticarem violências contra as lésbicas.

“(…) dentro da universidade... o espaço universitário não, mas por exemplo festa de faculdade que são as mesmas pessoas que você convive na faculdade aí acontece.” (Vanessa)

“(…) em festa é o que mais tem, eles tentam “cê” fala que é lésbica e ele ainda insistem, tentam beijar, só que nenhum nunca forçou nada não, tipo pegou meu braço e falou “não”, mas cê sempre escuta piadinha do tipo “ahh, cê é lésbica porque cê ainda não me beijou, porque ainda não conheceu um pinto.” (Bianca)

Ainda no âmbito acadêmico, verificou-se que o movimento LGBT existente na universidade ainda não incorpora as demandas das mulheres lésbicas na sua atuação por não possibilitar a participação ativa dessas mulheres. Embora o movimento LGBT como um todo tenha avançado na inclusão de pautas que cubram as demandas das minorias que representa, ainda existe a invisibilização da causa lésbica. Historicamente a incorporação do movimento lésbico ao movimento LGBT ocorreu devido à invisibilização da mulher lésbica dentro do movimento feminista, que não era capaz de formular uma crítica contundente à heterossexualidade compulsória. Entretanto, dentro do próprio movimento LGBT houve resistência em aceitar as pautas lésbicas além de misoginia por parte de integrantes homossexuais (BORGES,2008). Observou-se que tais resistências permanecem atuais, relegando às mulheres lésbicas funções secundárias na articulação do movimento.





“Esse coletivo ele é muito mais voltado pro homem gay e pra pessoa trans. Eu... eu conheço lésbicas que estão nele, mas elas não... elas não tem muita voz ativa. É mais, manda algum contive “prum” evento que vai ser realizado, tipo dia da mulher ou feminismo. É mais nessa vertente do que dar ideia ou falar alguma coisa sobre.”
(Ana Luísa)

Ressalta-se que a invisibilização lésbica é contrária aos próprios interesses do movimento LGBT, visto que reitera a discriminação social contra essas mulheres. A reprodução de comportamentos sociais discriminatórios no contexto de um movimento social de pessoas marginalizadas devido a sua orientação sexual e identidade de gênero é dicotômica, e sua crítica e reflexão são necessárias para que haja mudanças sociais efetivas.

O preconceito sofrido por mulheres lésbicas

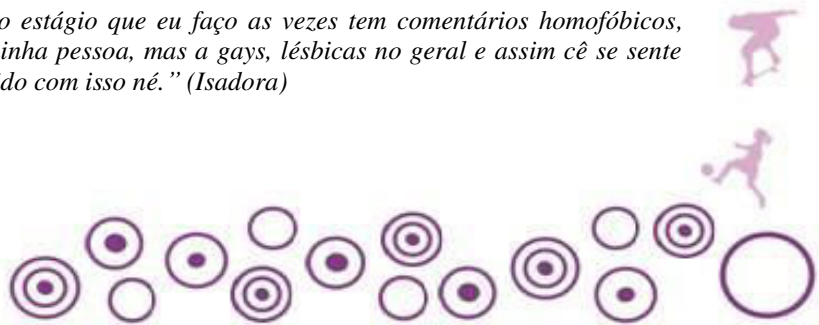
Verificou-se que as participantes sofriam uma série de violência sociais em espaços públicos, no trabalho, na rua ou mesmo em situações contratuais, em decorrência de sua orientação sexual. O tratamento social direcionado às lésbicas se difere daquele direcionado a mulheres heterossexuais em diversas situações banais. O primeiro grupo, ao desafiar o papel de gênero socialmente atribuído às mulheres - feminilidade, maternidade e heterossexualidade – sofre diversos preconceitos no cotidiano. Esses preconceitos e a estigmatização social se evidencia em olhares, gestos, palavras e no contato físico ou a falta deles em relação a lésbicas (SANTOS; BERNARDES, 2008). Ressalta-se que esses preconceitos provocam constrangimentos e dificuldades para as mulheres lésbicas existirem.


Para lésbicas, diferentemente de mulheres heterossexuais, é no espaço público que ocorrem a maioria das violências. A maior parte dos lesboicídios, por exemplo, acontecem em vias públicas, enquanto as mortes de mulheres heterossexuais são praticadas em âmbito privado por (ex)-companheiros. Ademais, a maioria dos perpetradores de violência contra lésbicas são desconhecidos, não possuindo nenhum relacionamento com elas (PERES; SOARES; DIAS, 2018).

“(...) a dona do lugar onde eu morava me mandou embora por eu, eu comecei a namorar e nas regras que ficava na porta, era kitnet e aí era permitido só levar o namorado e daí quando eu levei minha namorada (ênfase no a), passou uma semana daí eu tive que me mudar e procurar outro lugar.” (Ana Luísa)

“Várias vezes já carro abriu farol porque ficou chocado me olhando, cara de moto olha pra trás e quase cai, as pessoas ficam me olhando (...) Eles olham, mas se eu tô com uma mulher eles olham mais ainda pra tentar entender o que tá acontecendo. Mãe já tirou criança do shopping, várias situações assim.” (Ana Luísa)

“(...) no trabalho, no estágio que eu faço as vezes tem comentários homofóbicos, não diretamente a minha pessoa, mas a gays, lésbicas no geral e assim cê se sente um pouco constrangido com isso né.” (Isadora)





Constatou-se se que as diversas formas de violência contra lésbicas causam, principalmente constrangimento. Entretanto, é importante frisar que a segurança, bem como a integridade física e emocional de mulheres lésbicas estão em risco quando elas sofrem lesbofobia. A expressão máxima dessa violência ocorre na forma do lesbocídio, perpetrado na maioria por homens sem vínculos conjugais e/ou familiares com as mulheres por não aceitarem a existência de mulheres lésbicas (PERES; SOARES; DIAS, 2018).

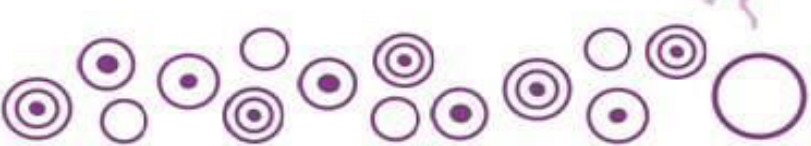
A característica dos autores dessa agressão, em sua maioria desconhecidos, revela a vulnerabilidade social das lésbicas, que estão expostas a sofrerem violências físicas na esfera pública e explícita, sendo que em a maioria das violências contra mulheres heterossexuais ocorrem no âmbito privado e, portanto, aquém dos olhos de outras pessoas. A violência no âmbito público constitui-se, então, uma tentativa de extermínio dessa categoria de mulheres (PERES; SOARES; DIAS, 2018). Indicando-se assim, uma expressão de poder última sobre os corpos das mulheres lésbicas e suas expressões de identidade e orientação sexual.

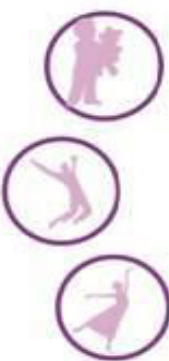
Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo investigar a violência sofrida por mulheres lésbicas universitárias. Os resultados indicaram que a lesbofobia é perpetrada principalmente através da invisibilização da vivência lésbica de diversas maneiras. A omissão da universidade em relação a temática pode ser compreendida como violência institucional, pois reitera a heterossexualidade como norma vigente ao não fomentar matérias curriculares e palestras que discutam diversidade de gênero. Essa omissão e naturalização se reverbera nas atitudes dos estudantes em ambiente informais, como em festas, lócus onde a lesbofobia ocorre com maior frequência pela percepção de mulheres se relacionam com outras mulheres em decorrência de carência de experiências heterossexuais satisfatórias.

Ademais, no contexto de um coletivo LGBT que atua na universidade, a lesbofobia ocorre quando as demandas lésbicas não são sequer pautas do movimento social. A não visibilidade lésbica se constitui, mais uma vez, em uma forma de violência contra as lésbicas, com o agravante de situar-se em um discurso político de igualdade e respeito às diversas formas de expressão sexual e identitária.

Propõe-se, então, alguns caminhos para a prevenção e enfrentamento da lesbofobia na universidade. Dentre elas, a criação de uma política de equidade de gênero, como tem sido realizado em outras universidades; a inserção de matérias obrigatórias sobre relações de gênero nas grades curriculares dos cursos da Universidade Federal de Jataí, o que possibilitaria maior alcance da discussão entre públicos de distintas áreas do conhecimento e a






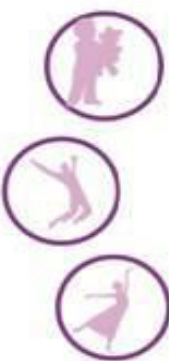
realização de palestras e campanhas nos cursos de capacitação dos profissionais do ensino superior. Além disso, nos casos de discriminação de gênero sugere-se a celeridade na apuração de denúncias de violência e assédio; a punição de autores de agressão, independentemente do nível hierárquico que ocupam e por fim, o acolhimento de pessoas em situação de violência através de atendimento psicossocial oferecido pela universidade. A realização de palestras, campanhas e inserção do tema nos cursos de capacitação dos profissionais da faculdade também seriam importantes ferramentas no processo de desnaturalização da lesbofobia.

Ressalta-se, afinal, os limites que o estudo apresenta, pois contempla uma realidade que, embora guarde características gerais, está circunscrita a uma região e amostra específica a uma universidade. Nesse sentido, novas pesquisas que contemplem a realidade social de outras regiões e universidades se fazem necessárias para o fomento do conhecimento sobre a temática.

Referências

- AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 56-75, Mar. 2015. Acesso em: 12 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/198053142818>.
- ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 663-676, set. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2015000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- ANDREO, C.; PERES, W. S.; TOKUDA, A. M. P.; SOUZA, L. L. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. **Estud. psicol. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 46-67, jul. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812016000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 12 dez. 2017.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BORGES, L. S. **Repertórios sobre lesbianidade na novela Senhora do Destino: possibilidades de legitimação e de transgressão**. 2008. 182f. Tese (Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2017.
- 

- 
- CONEGATTI, D.; FELIPE, J. O que podem fazer duas vulvas? - Sexo feminino, gênero lésbico. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, maio-out. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21624/14308>> Acesso em: 10, nov. 2017.
- CAMPOS, N. C. A participação social das lésbicas através dos grupos políticos: uma luta contra o apagamento histórico das mulheres homossexuais. **Plurimus Cultura e Desenvolvimento em Revista**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://plurimus.dominiotemporario.com/doc/A_participacao_social_das_lesbicas.pdf>. Acesso em: 25, nov. 2017.
- CARVALHO, C. S.; CALDERARO, F.; SOUZA, S. J. O dispositivo "saúde de mulheres lésbicas": (in)visibilidade e direitos. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v.13, n.26, p.111-127, abr. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2013000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- CORTES, G. R. Centro de referência da mulher: violência contra mulheres e informação. **InterScientia**, João Pessoa, v.2, n.3, p. 99-119, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/416/285>> Acesso em: 10 ago. 2017.
- COSTA, Â. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v.23, n.3, p.715-726, set. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2015000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- DINIS, N. F. Revisitando o binômio sexo-gênero. **Ártemis**, João Pessoa, v.15, n.1, p.123-134, jan./jul., 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/16643/9509>>. Acesso em: 7, ago. 2017.
- EVANS, N. J.; BROIDO, E. M. The Experiences of Lesbian and Bisexual Women in College Residence Halls. **Journal of Lesbian Studies**, v. 6. p 29-42. London, 2002.
- GOMES, E. R. A.; FEHLBERG, J. Lesbofobia: a construção de um novo conceito. **Psicologia em Foco**, Aracaju, v. 4, n 1, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://177.135.198.140/online/index.php/psicologioemfoco/article/view/112/145>>. Acesso em 7 set. 2017.
- GATO, J. *et al.* Homofobia transatlântica: preconceito contra lésbicas e gays em Portugal e no Brasil. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v.23, n.3, p.701-713, set. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2015000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2017.
- NEGREIROS, T. C. G. M.; FERES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812004000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- OLIVEIRA, L. F. Quem tem medo de sapatão? A resistência lésbica à Ditadura Civil Militar (1964-1985). **Periodicus**, Salvador, v.1, n.7, p.6-19, maio/out. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694/14301>> Acesso em: 15, nov. 2017.
- 



PERES, M. C. C; SOARES, S. F; DIAS, M. C. **Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil:** de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PINA OSORIO, J. M.; AGUAYO ROUSELL, H. B.. Homofobia en estudiantes universitarios de México. **Región y sociedad**, Hermosillo, v. 27, n. 64, p. 05-35, dic. 2015 . Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S187039252015000300001&lng=es&nrm=iso>

RULL, M. A. P. et.al. Homofobia em univseridades de la Ciudad de México. **Revista Intercontinental de Psicología y Educación**, 15 (2), 93-144. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/802/80228344006.pdf>

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Revista Bagoas**. Natal, v.4, n.5, p.17-44, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>> Acesso em: 13, out. 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015. _____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n.16, p.115-136, 2001. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SANTOS, J. P.; BERNARDES, N. M. G. Percepção social da homossexualidade na perspectiva de gays e de lésbicas. **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro, p. 289296.2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella9788599662878-27.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017

SCOTT, J. **Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica**. New York, Columbia University Press. 1989

SOARES, N. É. P. A invisibilidade da negra não heterossexual nas telenovelas brasileiras. **Periódicus**, Salvador, v.1, n.7, p.248-262, maio/out. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21489/14295>>. Acesso em: 21, nov. 2017.

SOUZA, M. H. **A militância LGBT na universidade: um estudo de caso do Coletivo KIU**. Dissertação (Estudos interdisciplinares sobre a universidade). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

THOMPSON, D. **Radical Feminism Today**. London: SAGE Publications, 2001.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

